

Contingenciamento Orçamentário e Inspeção do Trabalho

Carlos Silva
Presidente do Sinait



Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Valores de MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

DECRETO	MINISTÉRIO DO TRABALHO	SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
8.961 (16.01.2017)	902,06 milhões	54,53 milhões (33,2 Tesouro + 21,3 FGTS)
9.018 (30.03.2017) 9.040 (28.04.2017)	444,79 milhões	31,3 milhões (10 Tesouro + 21,3 FGTS)
9.113 (28.07.2017)	451,00 milhões	31,3 milhões (10 Tesouro + 21,3 FGTS)



Valores de MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

O corte de recursos do Ministério do Trabalho foi de aproximadamente 50%, porém, para a Fiscalização do Trabalho representou 70%.

Por quê?



Orçamento DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

ANO	RECURSO TESOURO	RECURSO FGTS	DOTAÇÃO TOTAL ATUALIZADA	DESPESAS PAGAS
2013	29,9 milhões		29,9 milhões	24,7 milhões
2014	29,8 milhões		29,8 milhões	24,2 milhões
2015	31,2 milhões	21 milhões	52,2 milhões	17,7 milhões
2016	32,8 milhões	25 milhões	57,8 milhões	16,7 milhões
2017	10 milhões*	21,3 milhões	31,3 milhões	9,8 milhões

* Previsão original: 33,2 milhões – vide LOA 2017



Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Impactos do Corte Orçamentário DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

- Paralisação de muitas das atividades da Fiscalização do Trabalho
 - Grupos Especiais de Fiscalização Móvel do Trabalho Escravo e Equipes de Combate ao Trabalho Infantil
 - Fiscalizações que envolvem equipe especial e exigem logística de organização mais onerosa.
 - Fiscalizações de Segurança e Saúde do Trabalho
 - Fiscalizações de prevenção e análise de acidentes. Segundo a OIT, 4% do PIB brasileiro são gastos em decorrência dos acidentes e doenças decorrentes do trabalho – R\$ 200bi/ano.
 - Fiscalizações de Combate à Informalidade



Impactos do Corte Orçamentário DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

FISCALIZAÇÕES DE TRABALHO ESCRAVO

OPERAÇÕES



TRABALHADORES RESGATADOS



Impactos do Corte Orçamentário DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

•Convenção 81 da OIT – Trabalho dos auditores fiscais

“Artigo 11. A autoridade competente deverá adotar as medidas necessárias para proporcionar aos inspetores do trabalho:

- a) escritórios locais devidamente equipados, levando em consideração as necessidades do serviço e acessíveis a todas as pessoas interessadas;
- b) os meios de transporte necessários para o desempenho de suas funções, no caso de que não existam meios públicos apropriados.”

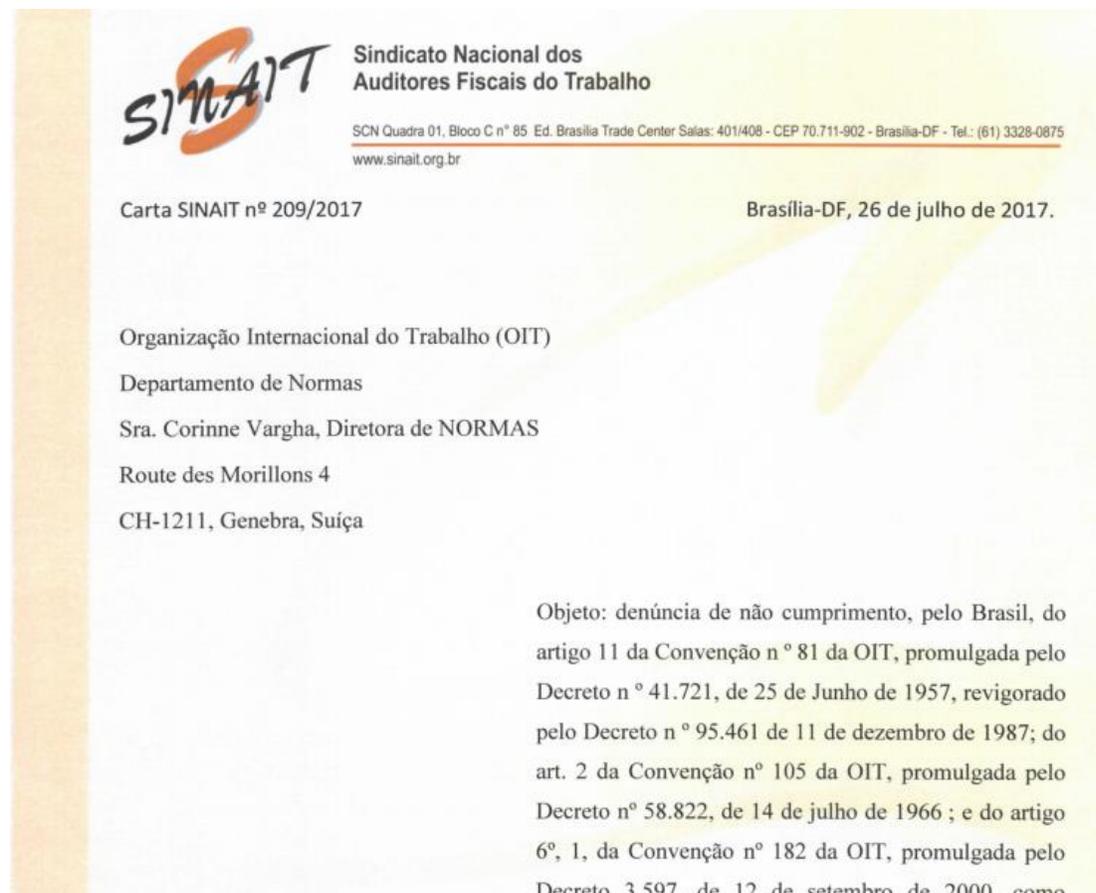
•Convenção 105 – Trabalho escravo

“Art. 2 Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifique a presente convenção se compromete a adotar medidas eficazes, no sentido da abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório, tal como descrito no art. I da presente convenção.”

•Convenção 182 – Piores formas de trabalho infantil

“Art. 6º I – Todo Estado-membro elaborará e implementará programas de ação para eliminar, como prioridade, as piores formas de trabalho infantil.”

Denúncias



- Denúncia à OIT Genebra e Brasil;
- Denúncia ao MPT;
- Denúncia Pública;
- Denúncia à CDH do Senado Federal;
- Denúncia às Centrais Sindicais e entidades ligadas ao mundo do trabalho.

26
Jul

Em denúncia à OIT, Sinait afirma que corte vai paralisar fiscalização do trabalho escravo e infantil

Publicada em: 26/07/2017



Carlos Silva e Marco Aurélio Gonsalves conversaram com diretor da OIT para o Brasil, Peter Posca para julgamento do mento da Lei 4660

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Goiás decide lutar contra o desmonte e adere ao Dia Nacional de Protesto
18/08

Boletim Semanal nº 351, de 14 a 18 de agosto de 2017
18/08

Audiência Pública na CDH do Senado debaterá corte orçamentário na Fiscalização do Trabalho
18/08

Amianto: Relatora reconhece inconstitucionalidade da lei federal e
para julgamento do mento da Lei 4660
18/08

Estatuto do Trabalho: Oportunidade para o Congresso reparar seus erros com o trabalhador
18/08

[TODAS AS NOTÍCIAS](#)

VÍDEOS

[AMIANTO: Sinait atua pel](#)

CLIQUE E ASSINE

Receber atendimento

Emprega Brasil

Agendar Atendimento

TRABALHADOR

Seguro-Desemprego

Carteira de Trabalho

Abono Salarial

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Economia Solidária

Trabalho Estrangeiro

Empreendedorismo

Mais Ações

INSPEÇÃO DO TRABALHO

Ministro garante manutenção do combate aos trabalhos escravo e infantil

Ronaldo Nogueira reuniu-se com o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho, Ronaldo Fleury, e assegurou a continuidade das ações

Publicado: Quarta, 26 de Julho de 2017, 19h58

Última atualização em Quinta, 27 de Julho de 2017, 14h43

Acessos: 604

Tweetar

Compartilhar

Edu Andrade/ASCOM/Ministério do Trabalho





A PAUTA É ECONOMIA

Em Pauta

Governo retira R\$ 7,4 bilhões do PAC para áreas essenciais como segurança, combate ao trabalho escravo e defesa civil

20:22

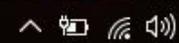
TRABALHO ESCRAVO

CONTEMPORÂNEO

[HOME](#) [MAPA](#) [NOTÍCIAS](#) [HISTÓRICO](#) [NÚMEROS](#) [LUTA](#) [PARTICIPE](#)



○ Digite aqui para pesquisar



06:52
21/08/2017



Carlos Silva

Presidente do Sinait

carlos.silva@sinait.org.br



Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho